



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Orçamento e Finanças Públicas		
Reunião: 12ª Ordinária	Sessão legislativa: 1ª	Legislatura: 19ª
Data: 5/5/21		
Horário de início: 10h18min		Horário de encerramento: 11h8min
Local: Plenário Camil Caram		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência remota do vereador Bruno Miranda e com a presença da vereadora Marilda Portela e dos vereadores Álvaro Damião, Professor Claudiney Dulim e Pedro Patrus - todos em presença remota, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação da Ata da 11ª Reunião Ordinária, realizada em 28/4/21.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 416/21 - pedido de informação à Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - com a finalidade de "obter as seguintes informações sobre o Hospital Público Veterinário inaugurado recentemente pela Prefeitura, cujas atividades foram suspensas sem aviso prévio: - O Hospital Público Veterinário de Belo Horizonte é mantido única e exclusivamente com recursos da PBH? Se não, qual a origem dos recursos para manutenção do hospital? - Qual a média de gasto mensal para garantir que o hospital funcione em sua integralidade?". A autoria: vereador Rubão.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Aprovado por unanimidade.

Registre-se que o vereador Álvaro Damião não participou da votação por problemas de conexão.

2) Requerimento de Comissão nº 417/21 - pedido de informação ao gabinete do Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, com a finalidade de “obter informações sobre os Decretos Municipais 17.527 de 11 de janeiro de 2021, 17.531 de 22 de janeiro de 2021 e 17.533 de 26 de janeiro de 2021 que possuem por finalidade a abertura de créditos suplementares. Faz-se as seguintes indagações; - O inciso I do anexo único do Decreto Municipal 17.527 de 11 de janeiro de 2021, qual será o destino da dotação dentro do Orçamento Fiscal de Prefeitura de Belo Horizonte? - O inciso segundo do decreto Municipal 17.527 de 11 de janeiro de 2021, qual o motivo da anulação da dotação orçamentária 4001.28.846.089.3.137.3390.0000 e sua finalidade antes da anulação? -Tendo- se em mente o Decreto Municipal 17.531 de 22 de janeiro de 2021 que possui com o objetivo a suplementação de quatro dotações orçamentárias, qual será seu destino final dentro do Orçamento Fiscal da Prefeitura de Belo Horizonte? – Ainda sobre o Decreto 17,531 de 22 de janeiro de 2021, pede-se a discriminação dos recursos que foram anulados no inciso II anexo único. - Por conseguinte, pergunta-se a respeito do inciso I anexo único do Decreto Municipal 17.533 de 26 de janeiro de 2021, qual será o destino da suplementação dentro do Orçamento Fiscal da Prefeitura de Belo Horizonte? – Considerando também o inciso II anexo único do Decreto 17.533 de 26 de janeiro de 2021, solicita as discriminações dos recursos prejudicados pela anulação das dotações orçamentária”. Autoria: vereador Wesley.

Aprovado por unanimidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

4) Prestação de Contas 2004/2004 - "Balanço Consolidado do Município, relativo ao exercício de 2004, em atendimento ao disposto no artigo 97 da Lei Orgânica do Município". Autoria: Executivo - Mensagem nº 196, de 13/4/21.

O vereador Pedro Patrus discutiu o parecer.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Pedro Patrus, pela aprovação das contas, com apresentação de projeto de resolução.

5) Prestação de Contas 2006/2006 - "Balanço Consolidado do Município, relativo ao exercício de 2006, em atendimento ao disposto no artigo 97 da Lei Orgânica do Município". Autoria: Executivo - Mensagem nº 18, de 26/3/21.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Marilda Portela, pela aprovação das contas, com apresentação de projeto de resolução.

OUTROS ASSUNTOS DA COMISSÃO

Foi dada ciência à comissão sobre o recebimento de resposta ao requerimento de comissão nº 191/01.

O presidente registrou a presença do diretor da Diretoria do Processo Legislativo - Dirleg - em exercício, Maurício Leite de Moura e Silva.

Maurício Leite apresentou a Carta de Produtos e Serviços, oferecidos pela Diretoria do Processo Legislativo - Dirleg, com informação dos setores envolvidos na prestação de assessoria. Disse tratar-se de um novo produto, disponível na *intranet*, juntamente com outros que a Dirleg oferece às comissões e aos gabinetes parlamentares como apoio ao exercício do mandato. Informou que os tópicos tratados pela cartilha podem ser divididos basicamente em: acesso à informação, elaboração de proposição e conhecimento. Disse que a cartilha contém um tópico



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

específico sobre o serviço de protocolo, que tem sido disponibilizado em modo eletrônico, com atendimento em horário limitado, de 9 às 15 horas, nos dias úteis, durante a pandemia. Recomendou atenção a esse limite de horário para protocolo de proposições. Detalhou que a parte relativa ao conhecimento oferece consultoria temática e redação parlamentar, orientações sobre o processo legislativo e estratégia regimental, esclarecimento de dúvidas gerais sobre serviços oferecidos pela Dirleg e pesquisas sobre legislação e atividades legislativas. Orientou que, para assuntos complexos, há necessidade de formalização de demanda pelo interessado. Falou do estudo técnico, também realizado mediante demanda, e do acompanhamento de visitas técnicas, atualmente suspensas em virtude da pandemia. Destacou a nota técnica como produto novo que consiste em realizar estudo técnico sucinto sobre temas de audiência pública para fornecer aos parlamentares informações sobre os assuntos em discussão. Disse que o assessoramento técnico a grupos de trabalho também é um produto novo que tem por finalidade prestar informações a vereadoras e vereadores sobre iniciativas por eles realizadas. Destacou também o estudo técnico sobre os projetos orçamentários, realizado por um setor específico e enviado aos gabinetes parlamentares, sem necessidade de demanda.

Registre-se a presença do chefe da Seção de Consultoria em Administração e Finanças Públicas - Seccaf, Ronam Colansky Reis.

Ronan Reis explicou sobre o Monitor Orçamentário. Disse tratar-se de um produto novo que, bimestralmente, presta informações aos gabinetes parlamentares sobre a receita e a execução orçamentária do Executivo nas diversas áreas de políticas públicas, em linguagem acessível.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Maurício Leite destacou a existência do Guia de Redação, que contém modelos das proposições e diversas orientações de redação para atender demandas do processo legislativo. Informou que esse guia está disponível no Portal da Câmara. Informou que há também suporte durante as reuniões, com equipes presenciais e remotas, para informações técnicas, orientação regimental, registro e condução da reunião. Destacou outro produto novo: o relatório das manifestações populares, plataforma tecnológica em que participantes de audiências públicas podem manifestar-se por escrito. Detalhou que essas manifestações são compiladas e consolidadas em um relatório, posteriormente enviado ao presidente de comissão, ao requerente da audiência, à vereadora ou ao vereador que solicitar. Disse que tem percebido várias participações em audiências por meio desse mecanismo. Falou também do serviço de apoio e consultoria para redação de proposições. Informou que, em toda reunião de comissão, há assessoria de uma coordenadora ou um coordenador, bem como de consultora ou consultor. Disse também que, no decorrer do mandato, ocorre formação e capacitação permanente, por meio de cursos especializados, disponibilizados para os gabinetes parlamentares,.

O Presidente destacou a importância da exposição e destacou a relevância das notas técnicas, das orientações sobre o Orçamento e do mecanismo de manifestações populares.

A vereadora Marilda Portela agradeceu a Maurício Leite a exposição dos trabalhos da Dirleg.

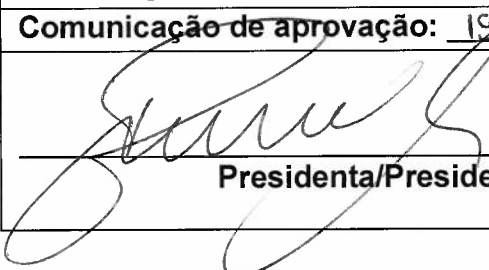
ENCERRAMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

ATA APROVADA
Distribuição em avulso: <u>17 / 05 / 2021</u>
Comunicação de aprovação: <u>19 / 05 / 2021</u>
 _____ Presidenta/Presidente